

NEGÓCIOS/ Grandes corporações e agronegócio lideram o movimento, que deve continuar nos próximos meses, segundo analistas, impulsionado por juros altos, endividamento e fragilidades estruturais

Brasil vive onda de recuperações

» RAFAELA GONÇALVES

Brasil encerrou 2025 registrando um marco histórico nos pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, com mais de cinco mil empresas buscando reorganizar suas finanças. O agronegócio, tradicional motor da economia, liderou o movimento, com 1.990 solicitações, um crescimento de 56,4% em relação ao ano anterior e seis vezes acima da média nacional.

Indústrias e o comércio também figuram entre os setores mais impactados, refletindo um cenário marcado por custos crescentes, juros elevados e restrições de crédito que pressionam empresas de todos os portes.

No início de 2026, o cenário ganhou contornos ainda mais visíveis com movimentos de grandes corporações. Na última terça-feira, o Grupo Pão de Açúcar protocolou um plano de recuperação extrajudicial buscando reorganizar cerca de R\$ 4,5 bilhões em dívidas. A decisão da Justiça abriu espaço para que a companhia negociasse prazos e condições com seus credores, oferecendo um fôlego estratégico em meio a um mercado desafiador.

No dia seguinte, a Raízen, uma das maiores empresas brasileiras de energia, também recorreu à recuperação extrajudicial, com a suspensão dos pagamentos por 90 dias. O acordo abrange dívidas de R\$ 65,1 bilhões. Controlada pela Cosan e pela Shell, a companhia atua na produção e distribuição de combustíveis e simboliza a pressão que setores estratégicos enfrentam diante de desafios financeiros complexos.

Os episódios mostram que, mais do que números isolados, há uma tendência estrutural. Empresas

Reprodução/Instagram/@paodeacucar



Grupo Pão de Açúcar entrou com pedido de recuperação para reorganizar R\$ 4,5 bilhões em dívidas

consolidadas, mesmo em setores essenciais, estão diante de uma necessidade crescente de reestruturação, seja por endividamento acumulado, seja por margens comprimidas ou fatores macroeconômicos que ampliam o risco financeiro.

Ambiente desafiador

O ambiente de negócios no Brasil continua desafiador, e os efeitos se refletem no aumento expressivo de pedidos de recuperação judicial e extrajudicial. Uma das preocupações é com o patamar da Taxa

Selic, que se mantém em 15% ao ano. Temores com os efeitos da guerra no Irã indicam que a redução será lenta. Além disso, especialistas apontam que a elevação das taxas de juros é apenas parte do problema.

Para o CEO da Pulse Capital, Marcos Camilo, também executivo de finanças e advogado empresarial, o mercado brasileiro historicamente é hostil ao empreendedorismo. “Juros e inflação altos, sistema tributário ineficiente, políticas públicas inconsistentes e legislação trabalhista extremamente

rígida tornam o cenário complicado. O mercado de consumo evoluiu, mas a estrutura jurídica ainda precisa se modernizar”, afirma.

Segundo Camilo, os juros altos impactam diretamente tanto no consumo das famílias quanto na capacidade das empresas de angariar capital para investimentos. “Quando uma empresa assume dívida e os juros sobem, permanecendo elevados por longo período, surge dificuldade para pagar fornecedores, funcionários e despesas financeiras. O sistema acaba colapsando”, explica.



Após a expansão de crédito entre 2020 e 2022, muitas empresas assumiram dívidas que se tornaram insustentáveis com elevação dos juros e desaceleração”

Vinicius Mendes e Silva,
sócio do escritório Volk & Giffoni Ferreira Advogados

Setores sob pressão

O setor agrícola chega a 2026 sob forte estresse financeiro. Crédito caro, margens reduzidas e modelos de expansão baseados em arrendamentos expõem as empresas a compromissos fixos altos, especialmente em momentos de crise. Casos recentes, como os de Amiu e Terra Santa, mostram como ciclos adversos prolongados afetam a capacidade de pagamento, atrapalham cadeias de fornecimento e reduzem o apetite de bancos por risco rural.

Atualmente, o índice de recuperação judicial no agronegócio é de 12,6 empresas a cada mil, seis vezes superior à média nacional e quase o dobro da indústria. A inadimplência rural chega a 8,3%, sinalizando que o setor, apesar de essencial, não está imune a problemas estruturais de endividamento e gestão financeira.

Para o sócio do escritório Volk & Giffoni Ferreira Advogados Vinicius Mendes e Silva, o crescimento dos pedidos de recuperação reflete um fenômeno conjuntural, mas evidencia fragilidades estruturais antigas. “Após a expansão de crédito entre 2020 e 2022, muitas empresas assumiram dívidas que se tornaram insustentáveis com a elevação dos juros e a desaceleração econômica. O problema conjuntural não cria as fragilidades, ele apenas as cobra”, afirma.

Segundo ele, os juros elevados funcionam como gatilho imediato, mas não são a causa exclusiva do aumento dos pedidos. “Com a Selic em patamares altos, o crédito corporativo brasileiro se mantém entre os mais caros do mundo em termos reais. Isso encarece as dívidas, reduz a disponibilidade de crédito e pressiona empresas altamente alavancadas. Muitas recorrem à recuperação judicial não por inviabilidade operacional, mas porque a estrutura financeira se torna insustentável”, explica.

Ele afirma que os desafios enfrentados pelas empresas decorrem de uma combinação de fatores: endividamento histórico, mudanças estruturais no mercado e falhas de gestão. Além disso, ressalta que os recentes pedidos de recuperação judicial não se limitam a setores específicos, refletindo um estresse mais amplo no ambiente de negócios.

“Varejo, agronegócio, construção civil e energia têm vulnerabilidades próprias, mas quando grandes empresas de diferentes setores recorrem à recuperação judicial ao mesmo tempo, isso evidencia um estresse mais amplo no ambiente de negócios. Nenhum porte ou marca consolidada está imune”, alerta.

ALTA DO PETRÓLEO

Ed Alves/CB/D.A Press



Levantamento da ANP aponta aumento de R\$ 6,08 para R\$ 6,80 no litro nos últimos sete dias

Diesel sobe quase 12% na última semana

O preço do litro do diesel comercializado nos postos do país alcançou R\$ 6,80 e encerrou a semana em alta, segundo balanço da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O levantamento de preços ANP leva em conta o período de 8 de março até ontem. Em relação ao levantamento anterior, que contemplou a semana terminada em 7 de março, houve um aumento de 11,9% — o preço do litro apurado pela ANP era de R\$ 6,08.

Nesse mesmo período, o preço do litro do óleo diesel S-10 subiu de R\$ 6,15 para R\$ 6,89, o que representa uma alta de 12%.

O levantamento da ANP também mostrou que o valor do litro da gasolina passou de R\$ 6,30 para R\$ 6,46 da semana encerrada em 7 de março para a do dia 14.

O levantamento da ANP não

contempla as medidas anunciadas pelo governo para tentar reduzir o preço do diesel, pressionado pela alta do petróleo por causa da guerra no Irã. Também não incorpora o anúncio da Petrobras, que aumentou o preço do combustível nas refinarias.

A partir deste sábado, 14, o preço do diesel praticado nas refinarias está 11,6% mais caro e passou a custar R\$ 3,65 por litro, um aumento de R\$ 0,38 por litro.

Os efeitos do reajuste da Petrobras devem ser mitigados pelas medidas do governo para tentar conter o impacto no preço do diesel da escalada da cotação do petróleo no mercado internacional, segundo a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

De acordo com a ela, o reajuste de R\$ 0,38 por litro do diesel chegará à bomba como R\$ 0,06.

A Petrobras informou que,

para a estatal, o efeito combinado do ajuste de preços para as distribuidoras e o potencial benefício do programa de subvenção à comercialização do óleo anunciado por Lula é equivalente a R\$ 0,70 por litro. O incentivo prevê o pagamento de R\$ 0,32 por litro às empresas beneficiárias.

“O reajuste está em consonância com nossa estratégia de preços. A adesão à MP (medida provisória do governo para tentar conter a alta dos preços) gera um valor recebido para a Petrobras de R\$ 0,70. O governo desonera com a MP R\$ 0,32”, afirmou Chambriard.

Segundo um levantamento da ValeCard, empresa especializada em meios de pagamento, soluções de mobilidade e benefícios corporativos, o preço médio do diesel S-10 registrou alta de 3,45% do fim de fevereiro até o dia 11 de março. **(Com Agência Estado)**

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 15/03/2026

Mercado imobiliário alerta para importância de debate técnico sobre segurança em garagens de veículos elétricos

A consulta pública para a Norma Técnica nº 53/2026, proposta pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, coloca em discussão um tema estratégico para o presente e o futuro das cidades: a segurança contra incêndio em estacionamentos com recarga de veículos elétricos.

A preocupação com segurança é legítima e tem o apoio do mercado imobiliário do DF, mas o curto prazo para discutir um tema de grande impacto urbanístico e econômico traz preocupação para o setor. Da forma como está, a medida reduz a janela de debate qualificado com participação mais representativa da comunidade técnica.

Brasília é referência nacional em mobilidade elétrica, com o maior número proporcional de veículos elétricos no Brasil. No DF, o Código de Obras e Edificações passou a exigir, em 2018, a previsão de vagas com infraestrutura para recarga nas novas edificações.

É nesse cenário de crescimento consolidado que surge

a nova proposta de norma técnica. Entretanto, estudos indicam que a probabilidade de incêndio em veículos elétricos é significativamente inferior à dos veículos a combustão, na ordem de 70%.

A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) reconhece que a transição energética é estrutural e permanente, no entanto, alerta que exigências excessivas, especialmente para edificações já existentes, podem gerar intervenções estruturais complexas e custos elevados, impactando condomínios e desestimulando a expansão da infraestrutura de recarga. O desafio é equilibrar prevenção rigorosa e razoabilidade técnica.

Brasília construiu sua liderança em mobilidade elétrica com planejamento e previsibilidade. A regulamentação deve acompanhar esse avanço com equilíbrio e garantindo a segurança, porém, sem comprometer a transição sustentável que a própria cidade ajudou a impulsionar.